

ADUR-RJ ADERE À GREVE DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS



A ADUR-RJ aderiu, no último dia 6 de outubro, à Greve das Universidades Públicas Brasileiras.

Leia mais nas páginas 9 e 10

Conselho Universitário da UFRRJ se manifesta sobre a greve de docentes e técnico-administrativos das IFES.

PÁGINA 11

NESTA EDIÇÃO:

BREVE HISTÓRICO DA GREVE DOCENTE A PARTIR DE 30 DE SETEMBRO.

30/9: MEC APRESENTA PROPOSTA DE REAJUSTE SOMENTE PARA 2006.

PÁGINA 2

7/10: DOCENTES REJEITAM PROPOSTA QUE NÃO CONTEMPLA PARIDADE E ISONOMIA PARA A CLASSE.

PÁGINA 3

11/10: CNG/ANDES-SN SE REÚNE COM COMISSÃO TÉCNICA DO MEC.

PÁGINA 4

14/10: MEC APRESENTA NOVA PROPOSTA AOS PROFESSORES

PÁGINA 5

REUNIÃO COM OS ASSOCIADOS DA UNIMED

**DIA 25/10/05 (TERÇA-FEIRA),
ÀS 8H, NO GUSTAVÃO**

PAUTA:

- APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE REAJUSTE DO PLANO DE SAÚDE FEITA PELA UNIMED;
- APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE OUTROS PLANOS DE SAÚDE;
- ENCAMINHAMENTOS;
- OUTROS ASSUNTOS

30 DE SETEMBRO

GT DO MEC: GOVERNO APRESENTA A PRIMEIRA PROPOSTA DE REAJUSTE. AUMENTOS SOMENTE PARA 2006

Em 30 de setembro, o ANDES-SN participou de mais uma reunião do GT do MEC, com representantes do governo federal, da ANDIFES e do Proifex. O Ministro Fernando Haddad esteve presente por 15 minutos e afirmou que a greve nas IFES é um transtorno para o governo, que espera entrar em acordo com o ANDES-SN em duas ou três rodadas de negociação. O parlamentar Wasny de Roure (PT-DF) compareceu à reunião e a deputada Fátima Bezerra (PT-RN) enviou uma assessora para representá-la. Na ocasião, o governo apresentou uma proposta de reajuste de 50% nos percentuais da gratificação de titulação dos docentes, sendo que somente para 2006. Atualmente, eles correspondem a um percentual entre 12% e 50% dos vencimentos básicos dos professores.

Com esse reajuste, a recomposição média dos salários deverá ser de 9,47%, segundo o MEC. ***O reajuste salarial reivindicado pelos docentes é de 18% sobre o salário base e não sobre o percentual da gratificação de titulação.*** Na proposta do governo, o impacto sobre a folha de pagamento será de aproximadamente R\$396 milhões ao ano.

Fernando Haddad referiu-se à afirmação do Ministro do MPOG (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão), de que haveria "recomposição salarial para todos os servidores, com base na inflação do período do governo Lula (2003-2006)", para apresentar a seguinte proposta aos docentes do ensino superior:

"1. Transformar o atual GT em GT para reestruturação da carreira, no qual será tratado também o tema da incorporação das gratificações".

"2. Com base em um cronograma imediato, discutir duas medidas. A primeira seria a criação da classe de Professor Associado. Existem, de acordo com secretário, 12 mil professores represados na posição de Adjunto IV, em condições de ascender para a nova classe, sendo o interstício salarial de 10%. Os critérios para a progressão deverão ser tratados nas próximas reuniões. A segunda seria um aumento de 50% nos incentivos de titulação, o que, segundo o Secretário, resultaria em um reajuste médio do total da remuneração de 9,47%".

A presidente do ANDES-SN questionou se a proposta do governo engloba os professores de ensino médio e fundamental e se há previsão de período e destinação orçamentária para a incorporação das gratificações aos salários. Marina Barbosa Pinto também fez a seguinte pergunta: *"por que não foi feita uma proposta de incorporação da GED, até mesmo com passos intermediários, com o objetivo de valorizar o trabalho docente, considerando que a GED se estrutura tendo como princípio a titulação?"*

O secretário Ronaldo Teixeira, que coordenou a reunião após a saída do Ministro, disse que a proposta do governo é somente para os professores de 3º grau. Afirmou que os impactos das incorporações foram calculados, mas que o governo optou por apresentar a proposta de reajuste de 50% nos percentuais da gratificação de titulação dos docentes.

Paulo Rizzo, primeiro vice-presidente do ANDES-SN,



questionou se o MEC não considerou a paridade entre os professores para apresentar tal proposta, "utilizando-se, por exemplo, de gratificação fixa no lugar da GED, como passo para a futura incorporação, proposta que foi pauta no ano passado, quando o governo rompeu as negociações".

Representantes do MEC disseram que trabalharam apenas com as propostas já discutidas, o que causou a indignação da presidente do ANDES. Marina Barbosa Pinto lembrou "que o Sindicato Nacional apresentou documento que propunha a equiparação da GED e da GEAD e que esta era a segunda vez que representantes do MEC afirmavam desconhecimento da proposta feita pelo ANDES-SN". Ela lembrou ainda que, da primeira vez, o representante do MEC estava com uma cópia do documento apresentado pelo Sindicato na pasta dele.

Marina Barbosa Pinto considerou a disponibilidade de quase 400 milhões de reais no orçamento do próximo ano como um avanço, mas disse que este é um momento crítico. Contudo, a proposta do governo gera frustrações na medida em que *"o MEC não vislumbra formas de atender a paridade, a isonomia, entre as duas carreiras existentes e as incorporações, temas que, por determinação da portaria, eram pauta do GT"*.

SINASEFE é barrado pelo MEC e não pôde observar reunião do GT

Representantes do SINASEFE – que participariam da reunião como observadores, atendendo ao convite do ANDES-SN – foram barrados pelo Ministro da Educação. Mesmo com a intervenção do deputado Wasny de Roure em favor da presença do SINASEFE, os representantes do Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Básica e Profissional não puderam entrar no MEC, ficando retidos na portaria do prédio.



Manifestação de docentes agita Brasília

No mesmo dia, houve manifestação de representantes do ANDES-SN e da FASUBRA em Brasília, na luta por melhores condições de trabalho. Em 30 de setembro, foi realizado o Dia Nacional de Lutas dos Docentes, quando se completou um mês de paralisação da categoria.

07 DE OUTUBRO

CNG/ANDES-SN TEM AUDIÊNCIA COM O MEC E DIZ QUE DOCENTES REJEITARAM A TOTALIDADE DA PROPOSTA DO GOVERNO

Em 7 de outubro, representantes do CNG do ANDES-SN reuniram-se novamente com representantes do Ministério da Educação. Na ocasião, assessores de alguns parlamentares e representantes do Proifes também estiveram presentes.

Inicialmente, um representante do MEC apresentou um data-show para demonstrar o impacto do aumento do adicional de titulação – proposto pelo governo na reunião do dia 30 de setembro.

Posteriormente, a presidente do ANDES-SN fez um breve relato sobre as avaliações das seções sindicais filiadas ao Sindicato Nacional acerca da proposta apresentada pelo governo. Para a base do ANDES-SN, é importante que o governo respeite princípios caros aos docentes, assim como a paridade e a isonomia. De acordo com Marina Barbosa Pinto, a proposta do governo foi rejeitada por todas as assembleias das seções sindicais do ANDES-SN.

A presidente do ANDES-SN disse que esta proposta é um retrocesso em relação ao que já havia sido discutido com autoridades do MEC, que já sinalizaram posições favoráveis em relação à paridade e a isonomia da categoria docente. Além disso, a proposta foi apresentada pelo governo sem que o relatório final do GT do MEC fosse concluído e não contempla o ano de 2005. Atitudes contraditórias e incoerentes por parte do governo têm causado a desconfiança dos professores.

Marina Barbosa Pinto disse que é preciso discutir a carreira docente, mas sem esquecer de solucionar as distorções existentes entre os professores de 1º e 2º graus e do ensino superior, bem como entre os docentes que ainda estão na ativa e os aposentados.

Em seguida, o representante do MEC, Ronaldo Teixeira, perguntou ao CNG/ANDES-SN em quais aspectos a proposta do governo não dialoga com a categoria. Disse que não há oportunidade de reajuste para este ano e que o valor de aproximadamente R\$396 milhões liberados pelo governo é um patamar inicial. Reforçou o desejo de que este GT do MEC transforme-se em GT-Carreira para aprofundar o debate acerca da incorporação das gratificações ao salário.

CNG/ANDES-SN afirma ao SESU: proposta do MEC não contempla a pauta de reivindicações docente

Em 06 de outubro, o CNG/ANDES-SN reuniu-se com representantes do SESU (Secretaria de Educação Superior - MEC). Na ocasião, a presidente do ANDES-SN afirmou que a proposta apresentada pelo Ministério não é a da categoria, sendo, portanto, rejeitada pela base do Sindicato Nacional dos Docentes.

Marina Barbosa Pinto também questionou o fato do MEC ter credenciado o Proifes como negociador, quando, na verdade, os docentes são representados exclusivamente pelo ANDES-SN. Ela demonstrou o descontentamento da categoria, por até então, não ter havido negociações entre o CNG/ANDES-SN e o MEC, e também pelo fato de haver pendências em relação a proposta de incorporação das gratificações aos salários. De acordo com Marina Barbosa, também não foram resolvidas as pendências entre ativos e aposentados, e não houve avanço em relação a isonomia entre professores do ensino médio e fundamental.

De acordo com o Secretário de Ensino Superior do MEC, Nelson Maculan, o MEC nunca recebeu o Proifes. Ele também disse que conceder o aumento a partir da titulação – conforme proposto pelo Ministério – representa um ganho pequeno, e que já alertou ao MEC para que não se esqueça dos equívocos ocorridos no ano passado. Disse que levaria as preocupações apresentadas pelo CNG/ANDES-SN ao MEC e que faria esforços para o avanço da negociação entre as partes. Do mesmo modo, afirmou que alertaria ao Ministro da Educação, Fernando Haddad, sobre as dificuldades criadas pela proposta do MEC e pelo método adotado pelo Ministério para conduzir as negociações.

CNG/ANDES-SN ENTREGA CARTA AO MINISTRO DA EDUCAÇÃO



Abaixo, reproduzimos a carta do CNG do ANDES-SN ao Ministro da Educação, Fernando Haddad, que lhe foi entregue, em mãos, pelos representantes do Comando Nacional de Greve no dia 7 de outubro:

Ensino Público e Gratuito: Direito de Todos, Dever do Estado.

Carta nº 315/05 Brasília, 7 de outubro de 2005

**Excelentíssimo Senhor
FERNANDO HADDAD
Ministro de Estado da Educação
Brasília – DF**

Senhor Ministro:

O Comando Nacional de Greve/ANDES-SN, instância dirigente e representativa dos docentes das IFES em greve (já totaliza 32 instituições), em face da proposta do Ministério apresentada em Ofício Circular nº 541/2005/MSN/SEAD/MEC, **INFORMA:**

A proposta formulada pelo MEC foi rejeitada por unanimidade nas assembleias gerais realizadas desde o dia 3/10, data em que o ANDES-SN a recebeu e divulgou para o Movimento Docente. Essas assembleias reafirmaram a pauta protocolada no Ministério pelo ANDES-SN, a qual se distancia da proposta apresentada pelo MEC, que:

- 1- não assegura nenhum reajuste para o ano de 2005;
- 2- apresenta montante insuficiente para o atendimento das reivindicações;
- 3- transfere a resolução das gratificações para um possível grupo de trabalho;
- 4- não assegura isonomia e paridade, ampliando as distorções.

REIVINDICAMOS DO MINISTÉRIO:

- 1- preliminarmente a pactuação de uma lógica conceitual e prioridades sobre as quais se aplicará o montante de recursos a ser disponibilizado;
- 2- a explicitação do Ministério de sua posição expressa ao longo de 2005 no GT-MEC, além de reiteradas manifestações públicas de autoridades do Ministério, em defesa da paridade e extinção da GED;
- 3- a necessidade de apresentar projeções e detalhamento da repercussão financeira dos itens da pauta de reivindicações dos docentes das IFES;
- 4- firmar disposição política para negociar alternativas que viabilizem a recuperação e reestruturação salarial, proporcionando assim a valorização do trabalho docente.

Reafirmamos nossa disposição, como é a trajetória deste sindicato, de estabelecermos um processo de negociação que possa viabilizar as condições para atendimento dos pleitos dos docentes, assegurando passos e prazos que materializem a solução para o desfecho da situação aguda que ora vivenciamos.

Respeitosamente,
Profª Marina Barbosa Pinto
Presidente do ANDES-SN

CNG/ANDES-SN SE REÚNE COM A COMISSÃO TÉCNICA DO MEC

No último dia 11 de outubro, houve uma reunião da Comissão Técnica do MEC com o Comando Nacional de Greve (CNG) do ANDES-SN. Representantes do Proifes (Fórum de Professores das IFES) também participaram deste encontro, que teve por objetivo esclarecer a proposta apresentada pelo governo, na reunião de 30 de setembro, acerca das possibilidades do uso de recursos financeiros apresentados pelo Ministério da Educação.

Durante a reunião, houve vários questionamentos, que foram respondidos pelos representantes do MEC. Abaixo, reproduzimos as perguntas e as respostas dos participantes desta reunião, na forma como foram apresentadas pelo relatório divulgado pelo CNG/ANDES-SN:

1. Qual a folha de pagamentos que o MEC adotou para efetuar os cálculos de impactos financeiros?

Resposta: Foi a folha de pagamentos do mês de fevereiro de 2005, que é, portanto, a mesma que haviam disponibilizado para o ANDES-SN. Os representantes do MEC acrescentaram que não haviam aprontado ou disponibilizado outra folha de pagamentos mais recente.

2. Por que insistem em separar as duas carreiras do magistério federal para efeitos de negociação e dos cálculos de impactos financeiros mesmo depois de ANDES-SN e SINASEFE terem solicitado que as negociações não ocorressem em separado, uma vez que os dois sindicatos representam docentes das duas carreiras?

Resposta: Sylvio Petrus, Subsecretário de Assuntos Administrativos do Ministério da Educação, alegou que não há consenso tanto no MEC quanto na ANDIFES quanto a esta questão. Disse que a disposição do MEC é de superar a etapa das negociações das greves – na qual ele pretende continuar com essa mesma dinâmica

– instituir o GT (Grupo de Trabalho) de carreira unificado. Outra representante do MEC argumentou que, apesar das reuniões estarem sendo feitas em separado, o Ministério está trabalhando para uniformizar as propostas, sendo a mesma para os professores das duas carreiras. Os companheiros da comissão do CNG insistiram, mais uma vez, que isso, então, era mais um argumento em favor da negociação ser única.

3. O MEC estudou outras possibilidades para o atendimento das reivindicações dos professores?

Resposta: Os representantes do MEC disseram que fizeram diversas simulações, considerando seus impactos financeiros, mas que tiveram que abandonar aquelas de impactos mais elevados. Afirmaram ter que trabalhar no limite financeiro autorizado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

4. O montante apresentado pelo MEC foi derivado da proposta ou a proposta foi derivada do montante?

Resposta: Disseram que foi a de que era uma combinação, visto que esse montante é a parte que cabe aos docentes do ensino superior para repor a inflação do período Lula, que é de 29,8%, conforme “acertado” na MNNP (Mesa Nacional de Negociação Permanente).

5. Há alguma objeção conceitual do MEC em relação a outras alternativas como, por exemplo, extinção da GED, paridade, incorporação de gratificações e isonomia?

Resposta: Os representantes do MEC afirmaram que não há objeção conceitual, mas limites financeiros. Argumentaram que, por essa razão, algumas propostas tem menor trânsito no Ministério do Planejamento. Seria o caso da incorporação da GAE, pois ela é percebida por um contingente muito

grande de servidores – oportunidade em que os representantes do CNG/ANDES-SN lembraram que os técnico-administrativos já a incorporaram. Segundo o MEC, isso aconteceu no governo anterior.

6. O que o MEC pretende fazer diante do fato de que o Ministro do Planejamento havia declarado que nenhum servidor teria reajuste menor que a inflação durante o atual governo e a proposta apresentada pelo MEC não contemplava isso para diversos níveis das carreiras do magistério?

Resposta: Os representantes do Ministério concordaram que muitos estavam com reajustes realmente abaixo da inflação e que estavam pensando em como resolver o problema, mas que ainda não tinham concluído nada sobre isso.

7. Há possibilidade de aumento de recursos, bem como aplicação em 2005?

Resposta: Sylvio Petrus foi taxativo ao afirmar que não havia mais recursos para a proposta e de que só há disponibilidade para 2006.

8. Quais os motivos para o MEC propor aumento na titulação?

Resposta: A proposta se deve a uma visão de administração que pretende valorizar os profissionais qualificados e lhes dar também possibilidade de desenvolvimento com a criação da classe de associado.

9. Há possibilidade de aumento orçamentário?

Resposta: Os representantes do MEC foram enfáticos em afirmar que qualquer proposta deveria ser condicionada

aos limites orçamentários de R\$395 milhões já apresentados. Além disso, embora dissessem que “não eram contrários à outra proposta para aplicação desses recursos”, também afirmavam que os mesmos não podiam ser destinados à incorporação da GAE e nem da GED, e que não seria possível utilizá-los para antes de 2006. Contudo, nas discussões os técnicos do MEC sinalizaram positivamente acerca das chances de transformação da GED em uma gratificação fixa e paritária para todos os docentes.

De acordo com o relatório do CNG/ANDES-SN, o MEC foi questionado acerca do “método de cálculo de impactos do governo que considera a contribuição previdenciária patronal e o desconto de IR como despesa”. Os representantes do MEC argumentaram que o “Ministério do Planejamento não vai mudar o cálculo porque estaria trabalhando na perspectiva de estruturar a seguridade do servidor, definindo o fundo previdenciário e que isso irá representar despesa efetiva, e se dará provavelmente ainda esse ano”.



14 DE OUTUBRO

MEC FORMALIZA NOVA PROPOSTA AOS DOCENTES

Abaixo, reproduzimos o ofício nº555/2005/SEAD-MEC, de 14/10/2005, encaminhado ao ANDES - SN; ao Profites; à ANDIFES e aos Representantes da SBPC.

Senhores Dirigentes,

1. Em atenção às ponderações e as reivindicações contidas na Carta nº. 315, de 07 de outubro de 2005, do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN, e considerando a reunião dos ministros que compõem a Mesa Nacional de Negociação Permanente - MNPP, do dia 11/10/2005, apresentamos a seguir o posicionamento do Ministério da Educação:

a) O Ministério da Educação trouxe como centro de sua proposta, apresentada na reunião do dia 30 de setembro, a melhoria salarial aliada ao investimento na qualidade orgânica e sistêmica das Instituições Federais de Ensino. Tanto a criação da Classe de Professor Associado quanto a alteração dos atuais percentuais de titulação vêm como medida de qualidade, na busca pela profissionalização, dando maior prospecção na Carreira de Magistério de 3º Grau e incentivando aos profissionais desta carreira buscarem seu melhor desempenho e qualificação. Neste mesmo passo, poderemos obter resultados como a retenção dos melhores quadros com o aumento do número de classes, tornando a carreira mais atrativa para novos profissionais com retribuições sobre a sua qualificação.

b) A proposta de criação da Classe de "Professor Associado" busca minimizar o represamento de Professores Doutores que por alterações da legislação não mais puderam ascender à categoria de Professor Titular, permanecendo por mais de 10 anos na Classe Adjunto Nível 4 sem perspectiva de melhoria e de reconhecimento;

c) A alteração dos percentuais de Titulação busca incentivar e reconhecer os profissionais que melhor se qualificam.

d) O Governo, sensível aos seguimentos da própria categoria que não seriam contemplados com as propostas acima elencadas, ficando portanto abaixo do limite de reposição da inflação do governo Lula, e diante das observações apresentadas pelas entidades nas reuniões que ocorreram nos dias 7 e 11 de outubro, o MEC, contando com o apoio da Central Única dos Trabalhadores que intercedeu sobre a temática, conseguiu, junto a área econômica do Governo, aumentar o valor disponível para as negociações salariais com os docentes de 3º grau de R\$ 395 milhões para R\$500 milhões.

e) Desta forma passamos a trabalhar com a ampliação da proposta anteriormente apresentada nos seguintes termos:

*Aumento dos atuais percentuais de titulação em 50% passando: aperfeiçoamento de 5% para 7,5%; especialização de 12,5% para 18,75%; mestrado de 25% para 37,5% e doutorado de 50% para 75%.

*Criação da Classe de Professor Associado com três níveis de progressão sendo: o nível 1 com 12% de "step" em relação ao vencimento básico da classe de professor adjunto 4; o nível 2 com mais 3% de "step" em relação ao nível 1 e o nível 3 com 3% de "step" em relação ao nível 2.

*Alteração da diferença entre o vencimento básico da classe de professor adjunto 4, para o vencimento básico do cargo de professor titular dos atuais 21% para 26%.

*Alteração nos valores da pontuação da GED para os professores com graduação (20%), especialização (15%), aperfeiçoamento (10%), e mestrado(5%) afim de proporcioná-los a reposição da inflação do período.

*Ampliação da pontuação da GED para os inativos passando esta de 91 para 115 pontos a partir de julho de 2006.

2. Entendemos que com a melhoria do montante orçamentário disponível a proposta torna-se mais consistente e atraente à categoria. Solicitamos que as entidades avaliem as propostas apresentadas para que na reunião do dia 19/10 possamos finalizar a proposta a por término ao movimento de greve que tanto tem causado prejuízos à população brasileira.

3. Reafirmando o nosso compromisso com o processo negocial em curso, despedimo-nos.

Atenciosamente,

Inajara Inês Ferreira, Secretário-Executivo Adjunto Substituta
Sylvio Pétrus Júnior, Subsecretário de Assuntos Administrativos

CNG/ANDES-SN AVALIA NOVA PROPOSTA DO MEC

O CNG do ANDES-SN enviou ao MEC, no dia 07 de outubro de 2005, a Carta 315/05 em que apresenta as seguintes reivindicações:

"1- preliminarmente a pactuação de uma lógica conceitual e prioritadas sobre as quais se aplicará o montante de recursos a ser disponibilizado;

2- a explicitação do Ministério de sua posição expressa ao longo de 2005 no GT-MEC, além de reiteradas manifestações públicas de autoridades do Ministério, em defesa da paridade e extinção da GED;

3- a necessidade de apresentar projeções e detalhamento da repercussão financeira dos itens da pauta de reivindicações dos docentes das IFES;

4- firmar disposição política para negociar alternativas que viabilizem a recuperação e reestruturação salarial, proporcionando assim a valorização do trabalho docente."

Após várias cobranças feitas ao MEC, o CNG, no dia 14 de outubro, recebeu o Ofício 555/05/SEAD-MEC, em resposta à referida Carta. Surpreendentemente o ofício do governo ao invés de responder às solicitações do CNG, apresenta uma nova proposta, oficializando o montante de R\$ 500 milhões, antes apenas anunciado.

O governo considera que, com os novos recursos disponibilizados, foi possível a "ampliação" da proposta para a categoria. Contudo, esses recursos são insuficientes para o atendimento da pauta de reivindicações.

A leitura do documento mostra a similaridade entre a proposta do governo e a proposta anunciada na internet na página do PROIFES, no dia anterior. O Ofício também enfatiza a presença da CUT nas formulações do MEC. O documento dá a entender, que essa central sindical parece ter um trânsito e poder no governo que o próprio MEC não tem, pois este afirma que o acréscimo de R\$105 milhões junto ao MPOG foi conseguido com a intercessão da CUT. Mais uma vez, entidades que não nos representam, apropriam-se indevidamente da interlocução e tentam usurpar o crédito político da greve. Além disso, essa importância que o MEC atribui à CUT é para não reconhecer a pressão exercida pela greve e pelo trabalho desenvolvido pelo CNG e pelos CLGs junto aos parlamentares.

O objetivo do governo, com a nova proposta, é pôr fim ao movimento grevista, dividindo a categoria. Duas ações do governo ilustram a sua ação divisionista: a) o MEC tem-se negado a receber, conjuntamente, os comandos do ANDES-SN e do SINASEFE, propondo reuniões em separado; b) a proposta difunde uma ilusão de ganhos ao incentivar o aumento na titulação. Isso reitera sua postura excludente, tensionando alguns segmentos para impor sua lógica.

Todas as assembleias de greve rejeitaram a primeira proposta do MEC (30/09). A mais recente mantém os principais problemas apontados na anterior e outros. A opção pela elevação dos incentivos a titulação deixou grande parte dos professores sem qualquer reajuste ou com ganhos abaixo da inflação. Para tentar resolver tal inclusão sem abandonar a proposta original, o MEC optou pela alteração de valores dos pontos da GED para professores com graduação, especialização, aperfeiçoamento e mestrado.

A questão da extinção da GED era tarefa do GT instituído em dezembro de 2004, e dissolvido em 30 de setembro sem que isso ocorresse. O MEC abandonou tal proposta substituindo-a pelo aumento dos incentivos. A introdução de aumento dos pontos da GED em 20% para a graduação, 15% para especialização, 10% para aperfeiçoamento e 5% para mestrado e, portanto sem alterações para doutorado, conforme apresentado agora, é a demonstração da insustentabilidade da proposta de aumento de 50% nos incentivos de titulação. Isto é, ao elevar os incentivos e, não querendo abrir mão disso, o MEC encontrou como solução absurda para minimizar as distorções por ele produzidas, elevar os pontos da GED das titulações mais baixas.

Para que haja negociação efetiva é preciso exigir que o governo abra mão dos absurdos da sua proposta, considere os professores da carreira do 1º e 2º graus e que não haja tratamentos discriminatórios. Finalmente, é importante ressaltar que os montantes referem-se a 2006 e não a 2005.

Por tudo isso, o CNG ANDES-SN reafirma a pauta de reivindicações e sua disposição de só negociar em conjunto com o SINASEFE. Reafirma, também, a disposição, como é a trajetória deste sindicato, de estabelecer um processo de negociação que possa viabilizar as condições para atendimento dos pleitos dos docentes.

FONTE: Comunicado Especial nº8 do CNG/ANDES-SN, de 16 de outubro de 2005.

As Grandes Greves do Movimento Docente

Apresentamos o quadro geral das 15 grandes greves do Movimento Docente, entre as décadas de 1980 e 2000. Várias outras paralisações aconteceram além das registradas abaixo. A opção pelas presentes foi orientada pela quantidade de dias de paralisação e pelos números da adesão ao movimento.

De 1980 até 2003 acumularam-se 23 anos de experiência organizativa, erros estratégicos e conteúdos políticos. Porém, as greves também deixaram no seu rastro, certezas de algumas vitórias: foi por meio de uma greve que os professores arrancaram do governo seu plano de carreira; conquistaram o direito de se garantir como servidores públicos; conseguiram sua isonomia, conseguiram manter um razoável nível salarial, condição necessária para um trabalhador realizar seu trabalho com dignidade; conseguiram barrar os sempre seqüentes planos governamentais de privatização das universidades; foi por meio dessas greves que o movimento nacional dos professores universitários se consolidou.

O pouco de público e gratuito que existe hoje nas Universidades não foi oferecido pelos últimos governos. Tudo foi conquistado por manifestações de professores, técnicos e estudantes: a gratuidade, a qualidade, a liberdade de expressão e o caráter público das universidades. Os grandes problemas da primeira greve estão vivos até os dias de hoje: professores substitutos, não abertura de concursos, pouco financiamento público para a pesquisa e extensão, defasagem salarial, etc. Os dados da história falam por si (...) e servem como um espelho de uma história que (...) ainda não terminou.



1- Greve de 1980

Tempo de duração: 26 dias (16/11 a 11/12)

Atores envolvidos: Professores de 19 Universidades Autárquicas e 7 Escolas Isoladas. Como ainda não existia um sindicato nacional, a greve foi dirigida por uma coordenação nacional de AD's.

Presidente da República: General João Batista Figueiredo

Ministro da Educação: Professor Eduardo Portella

Principais Reivindicações: Reajuste de 48% retroativo a março de 1980; implementação de reajuste semestral de salários; envio ao Congresso Nacional do anteprojeto de Carreira do Magistério; revogação da lei 6733, que determinava a nomeação de reitores pelo Presidente da República; 12% do orçamento da União para a educação.

Resultado: Aprovação de decreto estabelecendo novos planos de carreira para o magistério superior e para o magistério de 1º e 2º graus das IFES Autárquicas e reenquadramento dos docentes; reajuste de 35% para janeiro de 81 e 35% cumulativos em abril, resultando em 82,25% de aumento

2- Greve de 1981

Tempo de duração: 20 dias (11/11 a 01/12)

Atores Envolvidos: Professores de 19 Universidades Autárquicas e 5 Escolas Isoladas

Presidente da República: João Batista de Oliveira Figueiredo

Ministro da Educação: Rubem Ludwig

Presidente da ANDES: Osvaldo de Oliveira Maciel

Principais reivindicações: Reposição de 45% retroativo à março; enquadramento dos professores colaboradores admitidos após 31/12/79; eliminação de distorções na Carreira do Magistério superior; 12% do orçamento da União para a educação.

Resultado: Absorção dos professores colaboradores no plano de carreira; reposição de 30% a partir de 01/01/82; recuo do governo federal em transformar as Universidades Autárquicas em

3- Greve de 1982

Tempo de duração: 32 dias (18/11 a 20/12)

Atores envolvidos: Professores de 19 Universidades Autárquicas e 3 Escolas Isoladas. Adesão dos técnico-administrativos em 29/11. Pela primeira vez, a ANDES e a FASUBRA fazem mobilização conjunta.

Presidente da República: João Baptista de Oliveira Figueiredo

Ministro da Educação: Rubem Ludwig
Presidente do ANDES: Luiz Pinguelli Rosa

Principal Reivindicação: Reposição de 23,8%; reajuste semestral orientado pelo índice da inflação, aposentadoria integral; direitos iguais para estatutários e celetistas; correção de distorções no enquadramento de docentes na Carreira do Magistério; reestruturação da Universidade com base na proposta da ANDES.

Resultado: Recuo do governo na implantação do ensino pago nas IFES e

no projeto de transformação das Universidades Autárquicas em Fundações; derrota nas reivindicações salariais.

4- Greve de 1983

Tempo de duração: 32 dias (09/06 a 20/06)

Atores envolvidos: Pela primeira vez o movimento dos professores articulou-se em uma greve conjunta com os Servidores Públicos Federais.

Presidente da República: João Batista de Oliveira Figueiredo

Ministro da Educação: Esther Figueiredo

Presidente do ANDES: Luiz Pinguelli Rosa

Principal Reivindicação:

- Reposição salarial, 70% a partir de 1º de maio de 1983;
- Reajuste semestral, no mínimo igual ao INPC, a partir de novembro de 1983;
- 13º salário para estatutário;
- Direito à sindicalização;
- Estatuto para o servidor público.

Resultado: Esse foi o reconhecimento da educação superior como serviço público federal e dos professores como Servidores Públicos Federais. 800 mil servidores públicos paralisados. Após dias de paralisação, a greve encerrou-se sem o governo abrir qualquer perspectiva de negociação.

5- Greve de 1984

Tempo de duração: 84 dias (15/05 a 07/08)

Atores envolvidos: Professores de 19 Universidades Autárquicas e 8 Escolas Isoladas. Adesão dos técnico-administrativos.

Presidente da República: João Batista de Oliveira Figueiredo

Ministro da Educação: Esther Figueiredo Ferraz

Presidente da ANDES: Luiz Pinguelli Rosa

Principais Reivindicações: Reposição de 64,8% retroativo à janeiro de 1984; 13º salário para estatutários (funcionários públicos) e quinquênios para celetistas (CLT); piso de 3 salários mínimos para servidores; verbas para financiamento das IES.

Resultado: Suspensão da greve por esgotamento das negociações; corte dos salários em 01/08/1984; formação de uma "Comissão de Alto Nível" no Congresso para reabrir negociações, revertendo as punições; não houve conquistas salariais, mas a consolidação da ANDES naquela que fora, até então, a greve mais longa e de maior confronto entre docentes e governo.

6- Greve de 1986

Tempo de duração: 45 dias (10/08 a 23/09)

Atores envolvidos: Professores de 16 Universidades e Fundações

Presidente da República: José Sarney
Ministro da Educação: Jorge Konder Bornhausen

Presidente do ANDES: Newton Lima Neto
Principais reivindicações: Reposição de 38,5%; reajuste trimestral igual ao INPC do semestre, aposentadoria integral; adicional de Dedicção Exclusiva acima de 50%; 5% de produtividade; adicional de 5% a cada quinquênio; verbas de (OCC)Orçamento Contas e Custeio para as IES Fundacionais na ordem de (954 bilhões de cruzeiros).

Resultado: Reajuste de 75,06% a partir de setembro; liberação de 60 bilhões de cruzeiros para as IFES; promessa de criação de um Plano de Cargos e Salários que garantisse isonomia entre Fundações e Autarquias, descumprido pelo MEC devido à diferença de regimes jurídicos.

7- Greve de 1987

Tempo de duração: 44 dias (25/03 a 07/05)

Atores envolvidos: Professores de 45 IFES, incluindo autarquias e fundações.

Presidente da República: José Sarney
Ministro da Educação: Jorge Konder Bornhausen

Presidente do ANDES: Newton Lima Neto

Principais Reivindicações: Defesa do ensino público e gratuito; carreira única para docentes das IFES; isonomia salarial plena aos docentes de autarquias e fundações; aposentadoria integral; revogação de decreto proibindo a contratação de pessoal; verbas de OCC (14,5 bilhões de cruzados) para retornar aos índices de 1973 e mais 5,8 bilhões para retornar o pleno funcionamento das IFES.

Resultado: O Congresso aprova lei acordada com o movimento docente, criando o Plano Único de Classificação e Redistribuição de Cargos e Empregos, unificando o regime jurídico das autarquias e fundações, aumentando significativamente para os docentes das IFES autárquicas, por equiparação ao salário da UnB, na época a fundação com o maior nível salarial.

8- Greve de 1989

Tempo de duração: 66 dias (08/05 a 13/07)

Atores envolvidos: Professores de 42 IFES; estudantes; técnico-administrativos (em 02/05)

Presidente da República: José Sarney
Ministro da Educação: Carlos Corrêa de Menezes Sant'Anna

Presidente do ANDES: Sadi Dal Rosso
Principais reivindicações: Verbas de OCC/OG em 27,8% assegurados por recursos do Tesouro; revogação de decreto

proibindo contratações e imediata abertura de concurso; reposição de 34,9%; anuênio de 1% em substituição ao quinquênio; incorporação da gratificação de nível superior (GAE) aos salários, estendendo-a às IES Fundacionais; aposentadoria integral. Liberação de 60 milhões de cruzados novos; alteração no plano de carreira dos docentes, aumentando de 40 para 50% o incentivo de Dedicção Exclusiva sobre o salário base;

Resultado: para os docentes de 1º e 2º graus das IFES o percentual de Dedicção Exclusiva passa de 25 para 30%; a progressão horizontal, de um nível para outro passa de 4 para 5%; o governo autoriza contratação de 760 docentes e 1340 técnico-administrativos para as IFES e reconhece o direito à aposentadoria integral.

9- Greve de 1991

Tempo de duração: 107 dias (05/06 a 20/09)

Atores Envolvidos: Professores de 45 IFES e técnico-administrativos

Presidente da República: Fernando Collor de Melo

Ministro da Educação: José Goldemberg

Presidente do ANDES: Carlos Eduardo Malhado Baldijão

Principais reivindicações: Reposição de 144,38%; incorporação de perdas salariais nos planos "Bresser", "Verão" e "Collor" (640,39%); abertura de concurso e expansão do quadro de pessoal com imediata contratação; escolha direta e democrática de dirigentes das IFES; repasse para a ANDES-SN das contribuições dos docentes, conforme a Constituição. Rejeição da medida provisória que excluía docentes e técnicos dos reajustes do governo;

Resultado: reajuste geral de 20%; correção da tabela dos vencimentos dos docentes; aumento do valor das gratificações por titulação; implantação da gratificação para especialização; aumento da gratificação de DE de 50 para 55%.

10- Greve de 1993

Tempo de duração: 31 dias (13/05 a 14/06)

Atores envolvidos: Primeira greve unificada dos SPF's, com apoio dos estudantes.

Presidente da República: Itamar Franco

Ministro da Educação: Murilo Avellar Hingel

Presidente do ANDES: Márcio Antonio de Oliveira

Principais Reivindicações: Pauta unificada: definição de uma política salarial com reajustes mensais mediante a inflação; unificação dos percentuais das gratificações pelo maior valor e incorporação aos salários; pagamento de perdas salariais; extensão das gratificações por titulação a todos os SPF's; anistia para todos os servidores punidos em greves. Anistia aos servidores punidos em greves anteriores; reajuste salarial escalonado de 85%; aprovação de uma política salarial vinculada à receita líquida até junho/94, quando outra seria definida; elevação da GAE escalonada;

Resultado: os SPF's abandonam a greve em 03/06, enquanto os docentes tentam manter o movimento por discordarem das medidas do governo, mas só o conseguem por mais de 11 dias.

11- Greve de 1994

Tempo de duração: 50 dias (19/04 a 08/06)

Atores envolvidos: Professores de 38 IFES, técnico-administrativos e demais SPF's.

Presidente da República: Itamar Franco

Ministro da Educação: Murilo Avellar Hingel

Presidente do ANDES: Márcio Antonio de Oliveira

Principais Reivindicações: Pauta específica das IFES: reposição de perdas salariais em planos econômicos; definição do Plano Nacional de Capacitação Docente e do Projeto de Plano de Carreira para o magistério superior das IFES públicas e privadas.

Resultado: Nenhum ganho econômico; STF decide que SPF's têm direito à greve, desde que regulamentada pelo Congresso; o governo ameaça com corte de pontos e inquéritos administrativos que poderiam levar as demissões.

12- Greve de 1998

Tempo de duração: 104 dias (31/03 a 13/07)

Atores envolvidos: Professores de 51 IFES, técnico-administrativos, com apoio de estudantes.

Presidente da República: Fernando Henrique Cardoso

Ministro da Educação: Paulo Renato de Souza

Presidente do ANDES: Maria Cristina de Moraes

Principais reivindicações: Reajuste de 48,65%; recomposição do quadro de docentes das IFES; ampliação de vagas e abertura de concursos para docentes e retirada da PEC 370, na época em votação no Congresso Nacional.

Resultado: Mesmo após greve de fome de 14 docentes, não houve nenhuma conquista referente aos itens da pauta; o governo não abriu mão de seu projeto excludente e privatizante; substituiu o PID pela GED, que têm em comum as mesmas características; nada foi concedido aos professores de 1º e 2º graus e aposentados; porém foi essa greve que conseguiu fazer com que o governo retirasse do Congresso Nacional a PEC 370, que se aprovada desresponsabilizaria o governo de parte do investimento nas IFES, ao mesmo tempo que autorizaria a busca de financiamento na iniciativa privada, inclusive na cobrança de mensalidades dos estudantes.

13- Greve de 2000

Tempo de duração: 87 dias (24/05 a 18/08)

Principais envolvidos: Professores de 31 IFES e servidores, com apoio de alunos e servidores públicos.

Presidente da República: Fernando Henrique Cardoso

Ministro da educação: Paulo Renato de Souza

Presidente do ANDES: Renato Oliveira

Principais Reivindicações: Pauta unificada dos servidores: reposição de 64% e investimento para serviço público federal; Barrar o projeto de autonomia universitária do MEC e barrar o envio ao Congresso Nacional do projeto de emprego público do Governo Federal.

Resultado: Barrou o projeto de autonomia universitária do MEC e o envio ao Congresso Nacional do projeto de emprego público do Governo Federal; criação da GID para o 1º e 2º graus, menos para os aposentados.

14- Greve de 2001

Tempo de duração: 108 dias (22/08 a 07/12)

Atores envolvidos: Professores de 51 IFES, técnico-administrativos e estudantes.

Presidente da República: Fernando Henrique Cardoso

Ministro da Educação: Paulo Renato de Souza

Presidente do ANDES: Roberto Leher

Principais reivindicações: Reajuste de 75,58%, manutenção do Regime Jurídico Único, abertura de oito mil vagas, incorporação das gratificações, equiparação da GID à GED, manutenção do RJU, reajuste salarial variando entre 8 e 15%.

Resultado: Reajuste entre 12% e 13% para a categoria a partir de fevereiro de 2002, além do aumento de 3,5% concedido ao funcionalismo público. Além disso, as gratificações por desempenho entre professores do ensino superior e médio foram equiparadas, como reivindicava a categoria. O governo também aceitou contratar professores a partir de 2003, além das 2.000 vagas que já estavam garantidas para 2002.

15- Greve de 2003

Tempo de duração: 59 dias (8 de julho a 4 de setembro)

Atores envolvidos: IFES e algumas IEES

Presidente da República: Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Previdência: Ricardo Berzoini

Presidente do ANDES: Luiz Carlos Gonçalves Lucas

Principais Reivindicações: Defesa da Previdência Pública: não à reforma da Previdência proposta pelo Governo Federal (PEC 40), que visava retirar os direitos garantidos aos aposentados na Constituição Federal de 1988.

Resultado: Avanços na unidade e participação dos servidores públicos federais das três esferas de governo.

FONTE: Pesquisa Histórica realizada por César Augusto Félix, para publicação referente às comemorações dos 30 anos da Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina (APUFSC). Publicado como encarte da APUFSC e adaptado para a publicação no ADUR Informa. Agradecemos aos companheiros da APUFSC pela autorização para que reproduzíssemos tal pesquisa no jornal da ADUR-RJ.

QUADRO DE GREVE NAS UNIVERSIDADES

Em Greve: ADUR-RJ, ADUFAC (Acre), ADUFMAT- ROO (Rondonópolis), ADUFPA (Pará), ASPUV (Viçosa), ADUFLA (Lavras), APRUMA (Maranhão), SESDUFT (Tocantins), ADUFMAT (Mato Grosso), SINDCEFET (MG), ADUFF (Niterói), APUFSC (Santa Catarina), ADUA (Amazonas), SEDDUF (Roraima), ADOURADOS (MT-Campus Dourados), ADUFC (Ceará), ADUFPI (Piauí), SEDUFMS (Santa Maria), ADUFPeI (Pelotas), ADUnB (Brasília), ADUFU (Uberlândia), ADUFOP (Ouro Preto), APES (Juiz de Fora), SINDCEFET (Goiás), ADUFEPE (Pernambuco), ADCEFET-RJ, ADUFPB, ADUFAL, SINDOCEFET (Ouro Preto), ADCAC (Catalão-UFG), SINDUFAP (Amapá), ADFCAP (Ciências Agrárias-Pará), ADUNIFESP, ADUC (Cajazeiras), ADUFS (Sergipe), ADUNIR (Rondônia). **[36 AD's]**

Indicativo de Greve com data: ADUFCG (Campina Grande), SINDEFOA (Alfenas)

Com Indicativo, sem data: SINDFAFEID, SINDOCEFET-PR, ADURN (Rio Grande do Norte), ADUNI-Rio, ADUNIFEI (Itajubá) **[5 AD's]**

Sem Informação: APUBH, ADUFRGS (Rio Grande do Sul), SINDOCEFET (PI)

Saída de greve: ADUFSCar.

Retirada do Indicativo de greve: ADUFG (Goiás), APUB (Bahia), ADFUNREI (São João Del Rey), APUFPR (Paraná).

Contra a greve: ADUFES (Espírito Santo), ADUFERPE (Rural de Pernambuco), APROFURG (Federal do Rio Grande).

Em processo eleitoral: ADUFCG (Campina Grande - Patos), ADAFA (Força Aérea).

Sem discussão: ADCAJ (Campus avançado de Jataí)

Sem quórum: ADFMTM (Triângulo Mineiro)

Sem deliberação sobre a greve: ADUFRJ, ASDESAM, ADUFMS (Mato do Grosso do Sul)

**** Quadro de greve atualizado em 17/10/05, a partir das informações do Comando Nacional de Greve (CNG) do ANDES-SN.**



Calendário de lutas do ANDES-SN

- 2 a 4/11/05 – 1º Encontro dos Docentes do Setor das IPES - Rumo à Expansão do Setor-ANDES-SN, Brasília.



AG DE 06/10/05: PROFESSORES APROVAM A DEFLAGRAÇÃO IMEDIATA DA GREVE NA RURAL

Em seis de outubro, os professores da UFRRJ aprovaram a deflagração imediata da greve da categoria, durante a Assembléia Geral Permanente, que contou com a presença de 51 docentes. Na ocasião, mais de trinta Universidades públicas já estavam em greve.

A assembléia deste dia, presidida pelo Prof. Canrobert Costa Neto e secretariada pelo Prof. Luis Mauro S. Magalhães, teve os seguintes pontos de pauta: 1) Deliberação sobre o Indicativo de greve; 2) Convocação para eleições para a Diretoria da ADUR-RJ (gestão 2005/2007), Convocação para eleições do Conselho de Representantes; 4) Relatório Anual do Conselho de Representantes; 6) Projeto de Orçamento Anual; 7) Plano de saúde para os funcionários da ADUR-RJ; 8) Percentual de êxito do advogado – ações de insalubridade; 9) Outros assuntos.

Inicialmente, o representante do DCE da Rural, Marcelo de Souza Grade, prestou alguns informes ao plenário, ressaltando que muitos Diretórios Centrais de Estudantes do país também entraram em greve. Para o representante do DCE da Rural, é importante que técnico-administrativos, estudantes e professores permaneçam unidos em prol de suas reivindicações.

Posteriormente, o primeiro item da pauta foi apresentado e discutido. O debate sobre a greve foi intenso e os professores puderam inscrever-se para defender suas posições a favor ou contra a sua deflagração na Rural. Os que argumentaram contrariamente à instauração da greve na UFRRJ ressaltaram a necessidade de haver maior mobilização da categoria. Outros enfatizaram que a greve não seria o melhor mecanismo de luta contra o governo Lula, pois este já demonstrou não se importar com o movimento docente.

Aqueles que defenderam a deflagração da greve na Rural afirmaram que a ADUR-RJ, apesar de ser considerada pequena em relação às outras associações de docentes filiadas ao ANDES-SN, é muito expressiva no Movimento Nacional, pois sempre participou, ativamente, das grandes discussões políticas da classe docente e não poderia ficar fora dele, sobretudo neste momento crítico. Disseram que este seria o momento propício para somar força às outras associações de docentes e exigir do governo negociações efetivas para a implementação da pauta de reivindicações da categoria.

Quando se debatia a possibilidade da deflagração da greve na Universidade, a maioria dos estudantes que compareceu à Assembléia manifestou-se contrariamente a paralisação das atividades na Rural. Em alguns momentos, os professores que conduziam os trabalhos precisaram pedir que eles não se posicionassem de forma desrespeitosa em relação aos professores que defenderam a deflagração da greve na UFRRJ.

Após longa discussão, foi votada a proposta de deflagração imediata de greve que foi aprovada por ampla maioria.

Posteriormente, os professores passaram ao segundo e ao terceiro itens da pauta. A mesa esclareceu que, pelo Regimento da entidade, o mandato da atual Diretoria acabaria em 30 de outubro. Contudo, as eleições para a Diretoria da ADUR-RJ e para o Conselho de Representantes estão agendadas para o mês de novembro – o que implica na necessidade de prorrogação da atual gestão da Associação de Docentes até o dia 30/11. Estes pontos foram aprovados por unanimidade.



Quanto aos pontos de pauta números 4, 5, 6 e 7, foi deliberado que a Diretoria convocaria uma Assembléia Geral Ordinária, em novembro, para apreciar o relatório anual da Diretoria, o relatório anual do Conselho de Representantes, o projeto de orçamento anual e o plano de saúde para os funcionários da ADUR-RJ.

O ponto número 8 foi muito polêmico. Ele versava sobre o percentual de êxito do advogado, oriundo das ações que o Assessor Jurídico da ADUR-RJ move para solicitar o pagamento de insalubridade aos professores que fazem jus a esse direito. Os diretores da ADUR-RJ leram a carta do Dr. Marcelo Chalhó, pela qual ele solicita um percentual de 8% sob o valor recebido por cada professor, sendo que 1,5% deste valor é repassado à entidade. Como não houve um consenso entre os presentes acerca do assunto, foi encaminhado que os diretores da ADUR-RJ convocassem nova Assembléia Geral, contando com a presença do Dr. Marcelo Chalhó, que esclarecerá, pessoalmente, algumas dúvidas dos professores sobre o assunto.

COMANDO LOCAL DE GREVE DA RURAL

Os seguintes professores integram o Comando Local de Greve (CLG) – constituído na Assembléia Permanente da ADUR-RJ de 06 de outubro:

**Ana Cristina dos Santos (DTPE/IE)
Célia Regina Otranto (DTPE/IE)
Elisa Guaraná (DLCS/ICHS)
Joecildo Francisco Rocha (DBOT/IB)
Luciana Amorim Nóbrega (DLCS/ICHS)
Maria Mercedes Teixeira da Rosa (DBOT/IB)
Rosa Cristina Monteiro (DEPSI/IE)
Solange São Paulo de Souza (DnF/IB)**

AG DE 11/10/05: DOCENTES REJEITAM PROPOSTA DO MEC

Em 11 de outubro, os professores realizaram nova Assembléia Geral Permanente da ADUR-RJ, cuja pauta a ser discutida era: 1) Informes e avaliação da greve; 2) Assuntos Gerais. A assembléia foi presidida pelo Prof. Canrobert Costa Neto e secretariada pelo Prof. Luis Mauro Sampaio Magalhães.

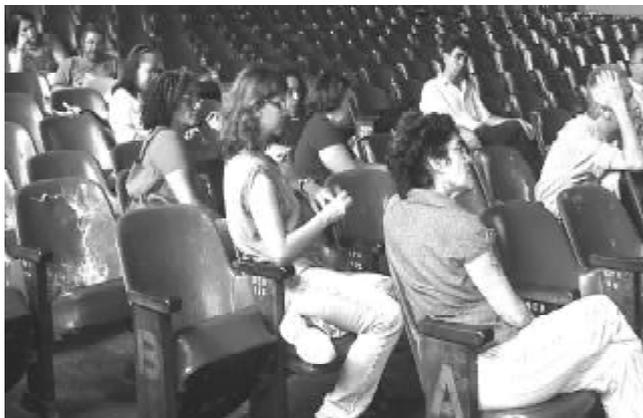
Depois de amplo debate sobre os informes apresentados pela mesa, os presentes passaram ao encaminhamento das seguintes propostas:

1) deliberar sobre a proposta do governo, apresentada no dia 30 de setembro, de reajuste de 50% nos percentuais da gratificação de titulação dos docentes, sendo que somente para 2006. Esta proposta foi rejeitada, unanimemente, pelos professores, durante a Assembléia.

2) Encaminhar um documento ao CONSU (Conselho Universitário) propondo a suspensão das aulas devido à greve dos professores – também aprovado por unanimidade.

3) Realizar um dia de atividades lúdicas, culturais e políticas em Nova Iguaçu, denominado “Universidade na Praça” – o que foi aprovado por unanimidade. A opção pelo local tem por objetivo estabelecer aproximação e conscientizar os professores e alunos do novo campi da Rural para a realidade do movimento docente. Para que o projeto “Universidade na Praça” possa ser concretizado, é preciso contar com a colaboração de alguns docentes para organizar as atividades. Até o momento, as professoras Caetana Maria Damasceno e Ana Maria Chiquieri constituem essa Comissão Organizadora, que aceita novos adeptos.

4) Divulgar, nos Institutos da Rural, as causas da greve do segmento docente, como forma de promover maior mobilização na Universidade. O encaminhamento foi aprovado com a maioria dos votos.



5) Encaminhar, imediatamente, um delegado para o CNG/ANDES-SN, para acompanhar as discussões da categoria em tempo real. A Assembléia aprovou o encaminhamento e deliberou que a Diretoria da ADUR-RJ consultasse alguns nomes que possam se revezar, por uma semana, aproximadamente, nas atividades do CNG/ANDES-SN, já que os presentes revelaram a impossibilidade de participar do CNG neste momento. O primeiro representante da ADUR-RJ no CNG será o Prof. Luis Mauro S. Magalhães, que deverá participar das próximas reuniões com o MEC, agendadas para o dia 19 de outubro.

6) Promover a articulação interna com os outros segmentos da Universidade SINTUR e DCE, para discutir a possibilidade de se criar e fortalecer um Comando Unificado de Mobilização na Rural.

Depois de deliberar sobre as propostas acima, agendou-se novas assembléias da ADUR-RJ para os dias 17 e 20 de outubro.

AG DE 17/10/05: DOCENTES APROVAM A PRIORIZAÇÃO DA PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DA CATEGORIA

A Assembléia Geral Permanente do dia 17 de outubro foi presidida pela Profa. Rosane Ferreira de Oliveira e secretariada pela Profa. Maria Teresa Carneiro da Cunha. O diretor Frederico José Falcão também participou da mesa da Assembléia, que teve como pauta: 1) Informes gerais; 2) Análise da proposta do governo; 3) Discussão da priorização da pauta de reivindicações da categoria; 4) Proposta de Monções.

Inicialmente, a Profa. Maria Teresa Carneiro da Cunha resumiu as últimas atividades do Comando Nacional de Greve, entre os dias 7 e 17 de outubro. A mesa leu a proposta do MEC e a avaliação publicada pelo CNG/ANDES-SN sobre o assunto.

O encaminhamento sugerido pelo CNG/ANDES-SN era o de que as seções sindicais discutissem em Assembléia a priorização da pauta de reivindicações da categoria, com o objetivo de orientar as negociações com o governo.

O CNG/ANDES sugeriu a seguinte ordem de prioridade para ser discutida nas AD's.

1º - incorporação das gratificações ainda em 2005 (equiparação da GED e GEAD pelos seus valores mais altos e suas incorporações + incorporação da GAE);

2º - reajuste linear de 18% sobre o vencimento base, ainda em

2005;

3º - abertura de concurso público para recomposição do quadro permanente;

4º - criação da classe de professor associado e da classe de professor especial, por ocasião da discussão sobre carreira + retomada dos anuênios.

Esta proposta foi apreciada pelos presentes e, após votação, foi aprovada pela maioria.

O Prof. Frederico José Falcão prestou esclarecimentos sobre o PROIFES (Fórum de Professores das Instituições Federais do Ensino Superior), atendendo ao pedido de alguns professores da plenária. Disse que é um grupo de docentes, dissidente do ANDES-SN, que criaram uma entidade paralela ao Sindicato Nacional, como forma de desestabilizá-lo politicamente. O Proifes, criado com o apoio do governo, foi convidado pelo Ministério da Educação para participar das reuniões do GT do MEC.

A Profa. Maria Teresa Carneiro da Cunha alertou para a necessidade de se enviar um professor para o CNG/ANDES-SN com urgência. O primeiro representante da ADUR-RJ no Comando Nacional de Greve do ANDES-SN foi o Prof. Luis Mauro S. Magalhães. No entanto, ninguém se manifestou.

A próxima Assembléia da ADUR-RJ será no dia 20/10, às 13h, no Gustavo.

CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSU) DA UFRRJ DIVULGA MOÇÃO DE APOIO A GREVE DOS DOCENTES E DOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DAS IFES

ABAIXO, PUBLICAMOS A ÍNTEGRA DO DOCUMENTO DIVULGADO PELO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UFRRJ:

O Conselho Universitário da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, reunido em 17 de outubro de 2005, decidiu, por unanimidade, manifestar sua profunda preocupação com a situação atual das Instituições Federais do Ensino Superior.

As restrições à reposição dos quadros docente e técnico-administrativo e as condições orçamentárias oferecidas às IFES não correspondem ao necessário para o cumprimento da sua contribuição ao desenvolvimento social, comprometendo o presente e o futuro da Universidade pública, gratuita e de qualidade que o país necessita. Há uma gravíssima deficiência de pessoal que, associada à defasagem salarial, compromete a qualidade no fazer acadêmico.

Neste contexto, o Conselho Universitário, apreensivo com a situação, reconhece a legitimidade da atual reivindicação dos movimentos dos docentes e dos técnico-administrativos por recuperação do poder aquisitivo dos salários e defesa da qualidade das IFES e vem solicitar das autoridades competentes, em especial dos Ministérios da Educação; do Planejamento, Orçamento e Gestão; e da Casa Civil a urgente abertura de efetivas negociações para que se chegue a uma solução satisfatória para os impasses gerados e volta à normalidade no mais breve prazo.



PREZADOS ASSOCIADOS,

SOLICITAMOS QUE MANTENHAM SEUS DADOS CADASTRAIS ATUALIZADOS. CASO TENHAM MUDADO DE ENDEREÇO E/OU TELEFONE, POR FAVOR, ENTREM EM CONTATO COM A SECRETARIA DA ADUR-RJ. CADASTRE SEU E-MAIL E FAÇA PARTE DE NOSSA MALA-DIRETA.

QUANDO SE APOSENTAREM, POR FAVOR, NOS COMUNIQUE. ASSIM, VOCÊS PODERÃO CONTINUAR RECEBENDO AS NOSSAS CORRESPONDÊNCIAS.

VISITE A PÁGINA DA ADUR-RJ NA INTERNET. ACESSE: WWW.ADUR-RJ.ORG.BR

UFRRJ DISCUTE A REFORMA DO ENSINO SUPERIOR. MEC ENVIA REPRESENTANTE PARA O DEBATE

No dia 05 de outubro, a administração da Universidade Rural promoveu um debate sobre a Contra-Reforma do Ensino Superior, que contou com a participação do Representante do MEC no Rio de Janeiro, Prof. William Campos. A ADUR-RJ foi representada pela Profa. Célia Regina Otranto (IE-DTPE) e o DCE da Rural pelo aluno Bruno da Silva, do Centro Acadêmico de Educação Física da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). O debate, coordenado por José Cláudio de Souza Alves – Decano de Extensão da UFRRJ — foi uma das atividades da semana de integração dos novos alunos da Rural, quando se inicia o segundo semestre de 2005.

O primeiro a pronunciar-se foi o representante do Ministério da Educação do Rio de Janeiro, Prof. William Campos. Ele utilizou os 20 minutos que dispunha para criticar a gestão de Fernando Henrique Cardoso e defender a Reforma Universitária, que tem sido levada adiante, pelo governo Lula. Após apresentar alguns dados oficiais, Campos concluiu que o governo FHC foi o grande responsável pela proliferação das universidades particulares nos últimos anos. Disse ainda que a proposta da Reforma Universitária do governo Lula vem sendo debatida com a sociedade e movimentos sociais ligados à educação.

Para Prof. William Campos, a preocupação do atual governo é reverter a situação de desmonte das universidades públicas brasileiras. Ele considera primordial entender o projeto desta Reforma para além da discussão partidária e das críticas que têm sido feitas ao governo Lula, sobretudo após o escândalo do mensalão.

Para o representante do MEC, o desafio da Reforma Universitária é combater a privatização do ensino público brasileiro e a banalização do conceito de universidade. Disse que o governo atual está construindo nove universidades federais no país e mais 36 novos campi. Ressaltou que a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, inclusive, tem recebido o apoio do MEC para viabilizar a expansão do seu campi, em Nova Iguaçu.

Afirmou que a Rural tem um papel estratégico em relação às demais universidades brasileiras, sobretudo porque recebe alunos de todo o país.

Posteriormente, a professora Célia Regina Otranto expôs uma concepção muito distinta da de William Campos sobre a Reforma Universitária. Como representante da Associação de Docentes da Rural, Profa. Célia Otranto agradeceu a indicação da entidade para apresentar a concepção do movimento docente sobre a Reforma Universitária e parabenizou a administração da Rural pela realização do debate.

A Profa. Célia Otranto questionou a visão consensual acerca da Reforma do Ensino Superior que o Prof. William Campos tentou apresentar. Enfatizou que a Reforma Universitária tem sido contestada por pesquisadores renomados, de diferentes áreas de conhecimento do país, e que as Universidades públicas têm feito as principais críticas ao projeto do governo. “Se a Reforma Universitária é tão maravilhosa, por que é tão criticada?”, perguntou a debatedora.

Ela apresentou algumas dessas críticas e alertou que medidas como o Programa Universidade para Todos (ProUni), a Lei de Inovação Tecnológica, a Parceria Público-Privadas (PPP's) e os sistemas de avaliação vigentes (SINAES, ENADE), assim como a existência de cursos pagos nas universidades públicas já são uma parte desta Reforma Universitária que o governo pretende implementar. Quando essas medidas são observadas mais cuidadosamente, refletem o atrelamento do ensino público ao capital privado.

Segundo a palestrante, em 2003, um Grupo de Trabalho Interministerial foi constituído para pensar as diretrizes da reforma universitária. Os participantes deste GT foram dois representantes do MEC, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), da Casa Civil, da Secretaria Geral da Presidência, do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e do Ministério da Fazenda. Nenhum representante do segmento docente, sindical ou universitário foi convidado para formular as propostas que originaram o documento I – “Reforma Universitária” - e que foram, em agosto de 2004, reiteradas pelo documento II – “Reafirmando princípios e consolidando diretrizes”, que seguem fundamentos do Banco Mundial.

Segundo a Profa. Célia Otranto, as diretrizes da Reforma Universitária estão estreitamente ligadas às determinações neoliberais – o que foi contestado por William Campos, que criticou o fato da palestrante ter utilizado como referência um documento

de 2003. Segundo Campos, o marco zero da Reforma Universitária foi dado pelo Ministro Tarso Genro, que sucedeu Cristóvão Buarque no Ministério da Educação, até este ano. Hoje, o Ministério da Educação está ao cargo de Fernando Haddad, ex-secretário de Genro.

A Profa. Célia Otranto esclareceu que para fazer tal afirmação, comparou, minuciosamente, cada artigo que norteia a Reforma Universitária apresentada pelo MEC e o relatório de 2003, no qual o governo se baseou. Para Célia Otranto, o governo não discutiu a Reforma Universitária com a sociedade e a partir da elaboração de medidas provisórias, já começou a implementá-la. Ela retrucou a crítica de William Campos e o perguntou por que as medidas anteriores à gestão de Tarso Genro à frente do MEC não foram revogadas, se de fato com Genro houve o marco zero da Reforma. Neste momento, o representante do MEC no Rio de Janeiro caiu em contradição e afirmou não concordar com as diretrizes do documento de 2003 – vigentes até hoje.

Célia Otranto demonstrou a preocupação do ANDES-SN e de todos aqueles que defendem o ensino público de qualidade com o financiamento das Universidades. Citou o Projeto de Lei Complementar do Sindicato Nacional dos Docentes, que dispõe sobre as condições de acesso, permanência, financiamento e demais questões essenciais ao funcionamento da Universidade pública de qualidade. Ela enfatizou que a proposta do governo precisa ser comparada aos documentos como a Constituição Federal, às diretrizes da Lei de Inovação Tecnológica, do ProUni, do SINAES e das PPP's e não pode ser compreendida fora do contexto político-econômico brasileiro.

Por fim, Bruno da Silva, estudante da UFRJ convidado para representar o DCE da Rural, também apresentou críticas à Reforma Universitária. Contudo, na análise de Bruno, predominou sua indignação com a conjuntura política e a corrupção no Congresso brasileiro.

Bruno da Silva também questionou a legitimidade da UNE como representante dos alunos, já que o campo majoritário da direção da União Nacional dos Estudantes se revela favorável à Reforma Universitária. Afirmou que a UNE tem sido “cabide” de emprego para muitos que se subordinam aos interesses do governo.

Após as explanações iniciais, a platéia pôde fazer perguntas que contemplassem o tema. Questões como o financiamento e a autonomia das IFES, assim como a polêmica prática de interiorização das Universidades – que muitas vezes dependem de convênios com prefeituras de outras localidades para se concretizar – foram abordadas pelos presentes. A maioria das perguntas foi dirigida ao representante do MEC no Rio de Janeiro, que pôde ver o descontentamento de muitos da platéia com a Reforma do Ensino Superior brasileiro apresentada pelo governo. Alguns alunos, inclusive, saíram do auditório gritando: “*um, dois, três, quatro, cinco mil: parem essa reforma ou paramos o Brasil!*”.



EXPEDIENTE
ADUR INFORMA – PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRRJ

ENDEREÇO: RODOVIA BR 465, Km 7 – CAMPUS DA UFRRJ – SEROPÉDICA, RJ.
CAIXA POSTAL: 74.537 – CEP: 23.851-970.
TELEFAX: (21)2682-1379 ou (21)2682-1005. E-MAIL: ADURRJ@ADUR-RJ.ORG.BR

CONSELHO EDITORIAL: CANROBERT PENN LOPES COSTA NETO, CÉLIA REGINA OTRANTO, FREDERICO JOSÉ FALCÃO, IRLETE BRAGA DA TRINDADE, LUIS MAURO SAMPAIO MAGALHÃES, MARIA TERESA CARNERIO DA CUNHA e ROSANE FERREIRA DE OLIVEIRA.

REDAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO: ALINE PEREIRA (REG. PROFISSIONAL 25163 M/TB)
FOTOLITO E IMPRESSÃO: TIPOLOGICA COMUNICAÇÃO INTEGRADA
TIAGEM: MIL EXEMPLARES

